

Latte Saneamento e Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Latte Saneamento e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Latte Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no item 1 e os possíveis efeitos do assunto descrito no item 2 da seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Latte Saneamento e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- 1 Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.1 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica Empréstimos a partes relacionadas, valores a receber da coligada Estre Ambiental S.A., no montante de R\$ 7.286 mil. Em 31 de julho de 2020, a Estre Ambiental S.A e sua subsidiária entraram com pedido de recuperação judicial, que fora deferido em 7 de agosto de 2020, tendo incluído o empréstimo acima mencionado na lista de credores. De acordo com o CPC 24– Eventos subsequentes, esses eventos confirmam a existência de provável perda por redução ao valor recuperável no crédito no final do período de relatório, mesmo tendo ocorrido após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. No entanto, até a data de emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não realizou a análise da perda por redução ao valor recuperável do referido crédito. Se a Companhia tivesse efetuado a análise dos créditos vencidos, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

- 2 Conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, em 12 de dezembro de 2018 a Companhia concluiu o processo de aquisição de 40% de participação no capital social da coligada Terrestre Ambiental Ltda., reconhecido pelo método de equivalência patrimonial no balanço patrimonial, individual e consolidado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.655 mil e o resultado de equivalência patrimonial no período findo naquela data é de R\$ 356 mil. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os referidos valores de investimento e resultado de equivalência patrimonial devido as seguintes restrições de informações contábeis da coligada Terrestre Ambiental Ltda.: (i) ausência de conciliações para diferenças identificadas entre as cartas de confirmação de saldo das contas a receber de partes relacionadas e o respectivo valor contábil; (ii) ausência de documentos comprobatórios da existência dos saldos iniciais dos itens de ativos imobilizados; (iii) ausência do recebimento de 6 respostas de circularização de advogados externos; e (iv) ausência de documentação comprobatória para gastos reconhecidos como custos no resultado do exercício. Consequentemente, não foi possível determinar se, em decorrência dessas restrições na contabilidade da Terrestre Ambiental Ltda., havia necessidade de ajustar o valor do investimento no balanço patrimonial, individual e consolidado, e o resultado de equivalência patrimonial do exercício individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase - Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras que descreve que foi concluída, em 26 de novembro de 2019, as investigações dos especialistas independentes contratados pela Companhia, sem identificar atos ilícitos e/ou atos fraudulentos cometidos pelos executivos das empresas do grupo Estre Ambiental S.A. (Empresa que teve seus investimentos transferidos para a Companhia durante o exercício de 2018) em contratos de prestação de serviços mantidos com a Transpetro. Contudo, as investigações do Ministério Público encontram-se em curso e não é possível determinar se ainda serão revelados fatos que possam impactar a Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

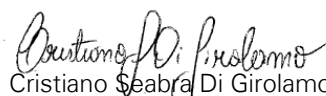
causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2021
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Latte Saneamento e Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

2018				2018			
	Nota	Controladora	Consolidado		Nota	Controladora	Consolidado
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes a caixa	9	4.098	4.098	Fornecedores		24	25
Impostos a recuperar		-	17	Pró-labore e encargos a pagar		52	52
Dividendos a receber	10,1	1.558	16.055	Obrigações tributárias	12	81	184
Outras contas a receber		50	50	Outras contas a pagar - partes relacionadas	10,2	-	41
Total do ativo circulante		5.706	20.220	Total do passivo não circulante		157	302
Não circulante				Não circulante			
Empréstimos a partes relacionadas	10,1	13.083	20.369	Empréstimos de partes relacionadas	10,2	4.351	-
Investimentos em controladas e coligadas	11	48.916	22.910	Outras contas a pagar - partes relacionadas		1	1
Total do ativo não circulante		61.999	43.279	Total do passivo não circulante		4.352	1
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		1	1
				Reservas de lucros		63.195	63.195
				Total do patrimônio líquido		63.196	63.196
Total do ativo		67.705	63.499	Total do passivo e patrimônio líquido		67.705	63.499

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Latte Saneamento e Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	
		Controladora	Consolidado
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	11	2.514	2.514
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(817)</u>	<u>(817)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		1.697	1.697
Despesas financeiras		(1)	(1)
Resultado financeiro		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.696	1.696
Imposto de renda e contribuição social correntes		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.696</u>	<u>1.696</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Latte Saneamento e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	1.696	1.696
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>1.696</u>	<u>1.696</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Latte Saneamento e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores					
	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-
Subscrição de capital		1	-	-	1
Resultado com investimentos	13	-	61.499	-	61.499
Lucro líquido do exercício		-	-	1.696	1.696
Retenção de lucros			1.696	(1.696)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1	63.195	-	63.196

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Latte Saneamento e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	
		Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.696	1.696
Ajuste para conciliar o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.514)	(2.514)
Variação nos ativos e passivos			
Outras contas a receber		(50)	(50)
Fornecedores		25	25
Pró-labore e encargos		52	52
Obrigações tributárias		81	175
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(710)	(616)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento		(3)	(3)
Recebimento de dividendos		459	4.729
Empréstimo com partes relacionadas		-	(22)
Caixa líquido oriundo das atividades de investimento		456	4.704
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos			
Contas a pagar de partes relacionadas		1	10
Empréstimo de partes relacionadas		4.351	-
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		4.352	10
Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa		4.098	4.098
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.098	4.098
Transações que não afetam o caixa			
Transferência de investimento para dividendos a receber		1.558	16.055

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Latte Saneamento e Participações S.A. ("Companhia" e ou "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo - SP, na rua Jesuíno Arruda, 797, 5º andar. Constituída em 24 de fevereiro de 2017, inicialmente sob a denominação de CMN Solutions A070 Participações S.A., teve em 9 de fevereiro de 2018 sua razão social alterada para a atual denominação social.

Apesar de legalmente constituída em 2017, somente no exercício de 2018 com a integralização de capital, iniciou de fato suas operações.

De acordo com o estatuto, seu objeto social consiste no seguinte: (a) a execução, no Brasil ou no exterior, de obras públicas ou particulares nos diversos setores da engenharia civil, tais como: edifícios residenciais, comerciais e industriais; infraestrutura e obras complementares de sistemas viários, urbanos ou rurais; captação, tratamento, armazenagem e distribuição de água; interceptação, condução e tratamento de esgotos sanitários e industriais; (b) gerenciamento de resíduos de qualquer classe, incluindo resíduos gasosos, líquidos, semilíquido e sólidos, industriais, comerciais, hospitalares, sejam urbanos ou de qualquer natureza; (c) a prestação de serviços de gerenciamento de resíduos de qualquer tipo, incluindo, mas não se limitando, serviços de investigação, diagnóstico prévio, certificação, gestão de documentação, identificação, segregação, triagem, acondicionamento, manuseio, reciclagem, reaproveitamento, recuperação, transbordo, coleta e transporte de todos e quaisquer tipos de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), armazenagem, tratamento, descontaminação, remediação, limpeza, disposição final, execução de projetos, assessoria e consultoria na área de engenharia; (d) a implantação, operação e manutenção de empreendimentos ambientais, tais como: aterros sanitários para destinação final de resíduos sólidos domiciliares, industriais e hospitalares; usinas de lixo; incineradores e desinfetadores de quaisquer tipos de lixo; usinas de compostagem de lixo orgânico e industrial (inerte ou não); e centrais de reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; (e) o tratamento de qualquer tipo de resíduos e efluentes dentre eles: físico, químico, biológico e/ou térmicos em instalações próprias e/ou de terceiros; (f) a comercialização de resíduos de qualquer tipo sucata, subprodutos, materiais diversos e agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil; (g) a varredura e limpeza de ruas e logradouros públicos; (h) a prestação de serviços laboratoriais de todo tipo e execução de análise e preparação de laudos e relatórios de interpretação de resultados; (i) a prestação de serviços de consultoria ambiental, incluindo, mas não se limitando, preparação de planos de gerenciamento, planos diretores, estudos de mercado, estudos para escolha de tecnologia, relatórios geológicos e hidrogeológicos, desenho integral de instalações de gerenciamento ambiental, atividades de investigação, diagnóstico, análise de risco e projetos detalhados para gerenciamento de passivos ambientais e áreas impactadas; (j) qualquer serviço ou atividade vinculada ao gerenciamento de resíduos de todo tipo e classe e/ou controle ou melhoria de condições ambientais e ecológicas; (k) locações de equipamentos e máquinas; (l) operação de tratamento de água, esgoto e/ou efluentes industriais; (m) implantação de projetos de mecanismo de desenvolvimento Limpo (MDL) para redução das emissões de gases e efluentes; (n) serviços de monitoramento geotécnico e de estabilidade de aterros e de monitoramento de águas subterrâneas, superficiais e de efluentes; e (o) participação em outras sociedades como sócia ou acionista, podendo também efetuar incorporações, fusões e associações com outras sociedades.

Atualmente a Companhia atua tão somente como *holding* de investimentos em outras sociedades.

1.1 Acordos de compra e venda de participações

Em 21 de dezembro de 2017, a Companhia, iniciou tratativas para acordos de compra e venda de ações e outras avenças no qual, dentre outras operações, foi assinado termo de compra de ações detidas pela Cavo Serviços e Saneamento S.A. e pela Estre Ambiental S.A., ambas partes relacionadas, que passou a vigorar após cumpridas uma série de condições precedentes que aconteceram ao longo do exercício de 2018.

Esses acordos resultaram basicamente na:

- (i) transferência da totalidade das participações societárias detidas até então pela Estre Ambiental S.A. em suas investidas Terrestre Ambiental Ltda., Attend Ambiental S.A., Latte Coleta Holding S.A. e Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA para a Companhia; e
- (ii) aquisição pela Companhia de 100% da participação societária que a Cavo Serviços e Saneamento S.A. detinha até então na Latte Coleta Holding S.A., por R\$ 1, equivalente a 79.656.305 ações sem valor nominal.

As transações se deram a valor de livros uma vez que as partes encontravam-se a época sob controle comum.

Um sumário dos acordos com o objeto de cada um deles e as datas que entraram em vigor está divulgado na nota explicativa 11.

1.2 Acordo de alienação fiduciária

Em 28 de dezembro de 2018, através do segundo aditivo ao contrato de alienação fiduciária de ações e de direitos decorrentes de ações firmado entre a Companhia, a Corporacion Interamericana para El Financiamiento de Infraestructura S.A – “CIFI” e a controlada em conjunto Attend Ambiental S.A. e a Estre Ambiental S.A., a Companhia assume a condição exclusiva de alienante fiduciária, passando a ser unicamente designada, em substituição a Estre Ambiental S.A., a fim de garantir o pagamento integral de principal e juros e cumprimento de todas as obrigações do empréstimo de longo prazo adquirido entre a devedora Attend Ambiental S.A. e a credora CIFI.

1.3 Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Em 31 de janeiro de 2019, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da 59a fase da Lava Jato, pediu à Justiça do Paraná a prisão preventiva do acionista da Estre Ambiental Sr. Wilson Quintella Filho, do responsável pelo escritório de advocacia envolvido em esquema fraudulento, o Sr. Mauro de Moraes e do ex-executivo do Grupo Estre Antônio Kanji. As investigações tiveram como ponto de partida declarações do ex-presidente da Transpetro, por meio de acordo de colaboração com o Ministério Público Federal. O aprofundamento das investigações revelou que propinas foram pagas por acionista da Estre Ambiental S.A. em espécie ao ex-presidente da Transpetro e seus emissários, mediante sucessivas operações de lavagem de capitais com envolvimento do escritório de advocacia Mauro de Moraes Sociedade de Advogados.

A Companhia e suas investidas, conduziram ações investigativas executadas por especialistas independentes contratados. O propósito dessa investigação foi o de apurar eventuais atos ilícitos no âmbito da 59a fase da operação Lava Jato conduzida pelo Ministério Público, bem como reportar para a Governança da Companhia suposto beneficiamento de empresas pertencentes ao Grupo Estre e seus executivos em contratos de prestação de serviços mantidos com a Transpetro por meio de licitações públicas e mediante pagamento de propinas a executivos da Transpetro. As investigações dos especialistas independentes na Companhia e controladas foram concluídas em 26 de novembro de 2019 e não identificaram indícios de atos ilegais associados a esse assunto. As investigações do Ministério Público, por sua vez, continuam em curso.

Não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia. Nenhum efeito desse assunto foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

A Companhia e seus executivos não foram citados nas denúncias. A administração da Companhia afirma que não tem envolvimento nas operações conduzidas pela Polícia Federal mencionada acima.

Até a presente data, a Companhia e seus executivos não receberam notificações ou fiscalizações do Ministério Público para esclarecimentos.

2 Relação de entidades investidas

Segue abaixo relação das entidades investidas em 31 de dezembro de 2018.

Nome da entidade	Localização	Natureza do investimento	Participação acionária	Equivalência patrimonial	Componente do consolidado
Latte Coleta Holding S.A. ("Latte Coleta")	São Paulo/SP	Controlada direta	100%	Sim	Sim
Attend Ambiental S.A. ("Attend")	Barueri/SP	Controlada em conjunto	55%	Sim	Não
Logística Ambiental de São Paulo S.A. ("Loga")	São Paulo/SP	Coligada direta	3,65%	Sim	Não
Logística Ambiental de São Paulo S.A. ("Loga")	São Paulo/SP	Coligada indireta	34%	N/A	Não
Terreste Ambiental Ltda. ("Terreste")	Santos/SP	Coligada	40%	Sim	Não

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tiveram sua emissão aprovada pela Administração em 26 de abril de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação e base de mensuração

A moeda funcional da Companhia é o Real e todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

5 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.a** - Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e
- **Notas explicativas nº 7.a e 11** - Equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia detém influência significativa sobre uma investida.

b. Estimativas contábeis

Não foram identificadas incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 capazes de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

Mensuração do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de sua controlada requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A controladoria da Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação e submete a revisão da diretoria financeira. Revisões que causam impactos relevantes são discutidas no Conselho de Administração e, se necessárias, retificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa nº 15.

6 Mudança nas principais políticas contábeis

a. Adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 – Receita e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial das normas reconhecidas na data de aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018).

(i) *CPC 48 Instrumentos financeiros*

Como resultado da adoção inicial da norma CPC 48 que substitui a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma CPC 38 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, foram geradas as seguintes alterações:

- Classificação e mensuração dos ativos financeiros; e
- Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas em créditos esperadas”).

Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Nos tópicos a seguir conceituamos sobre essas principais alterações:

- Classificação e mensuração dos ativos financeiros:
- As categorias de classificação e mensuração de ativos financeiros são definidas conforme quadro abaixo:

Custo amortizado (CA)	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado.
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Ativos reconhecidos inicialmente em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA)
Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativos mensurados ao valor justo. O rendimento de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Essa classificação acima apresentada é baseada em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido, e (ii) seus termos contratuais geram, em data específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia avalia o objetivo de modelo do negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento das vendas dos mesmos ou fluxos contratuais sem aplicáveis, ou ambos.

Sendo assim, na tabela a seguir demonstra-se as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Consolidado	
			Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.098	4.098
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	50	50
Empréstimos a partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	13.083	20.369
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	25	25
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	42	42
Empréstimos de partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	4.351	-

O CPC 48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Redução ao valor recuperável “Modelo de perdas esperadas”

CPC 48	
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro

A Companhia optou pela abordagem simplificada onde o cálculo de perda esperada, toma como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro.

Um ativo financeiro é considerado pela Companhia como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito á Companhia, sem que a mesma recorra a ações de recuperação do crédito, tais como a execução da garantia (se houver alguma), ou o bloqueio de ativos do devedor, ou;
- O ativo financeiro está vencido conforme regras da Companhia.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

O efeito da aplicação dessa norma se houver é atribuído principalmente ao seguinte:

- Classificação, mensuração após reconhecimento inicial e ajustes por redução ao valor recuperável oriundo de perdas esperadas reconhecidas nos direitos a receber.

(ii) Adoção inicial do CPC 47 - Receita de contratos com clientes

A CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ela substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. De acordo com o CPC47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento.

A Companhia e sua controlada têm como principais receitas o resultado da equivalência patrimonial em suas investidas. Conforme avaliação efetuada levando em consideração as cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são tais receitas não são abrangidas no escopo dessa norma. Portanto, em 1º de janeiro de 2018 bem como ao longo do exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

7 Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada direta, controladas em conjunto, e coligadas com participação acima de 20%.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iv) *Participação de não controladores*

A Companhia reconhece a participação de não controladores pela parcela proporcional da participação não controlada no valor dos ativos líquidos da adquirida. No caso da Companhia não há participação de não controladores uma vez que esta detém 100% de participação em sua controlada.

b. *Caixa e equivalentes de caixa*

São representados por recursos em contas bancárias de livre movimentação considerada de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores depositados na data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d. *Benefícios a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o tempo de trabalho de tais empregados tenha decorrido. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do tempo de trabalho prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui benefícios de longo prazo a empregados.

e. *Instrumentos financeiros não derivativos*

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
- **Empréstimos e recebíveis:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g. Perda por valor recuperável

Ativos financeiros

Ver nota explicativa 6 (i).

h. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando é praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 32% das receitas com prestações de serviços e cessões de direitos e 8% sobre as receitas com vendas, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 32% das receitas com prestações de serviços e cessões de direitos e 8% sobre as receitas com vendas. O imposto de renda e a contribuição social, incidem integralmente sobre as receitas financeiras. As receitas são tributadas pelo regime de caixa.

j. Demonstrações e fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

8 Novos pronunciamentos contábeis e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia não possui operações que se enquadram na aplicação do CPC 06 (R2) 16 em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 Incertezas sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2018	2018
Conta corrente bancária	4.098	4.098
	<u>4.098</u>	<u>4.098</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Estão representados por contas bancárias as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Uma análise sobre a exposição da Companhia ao risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 15.

10 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas da Companhia, seus acionistas, suas investidas, empresas coligadas, diretores e outros membros da administração e seus familiares. De acordo com a definição contida no CPC 05.

A Companhia não possui um único beneficiário final. Apesar da maioria das ações pertencerem ao acionista Sr. Wilson Quintela Filho, o controle da Companhia é compartilhado e as decisões são sempre tomadas por um colegiado com representante de todos os acionistas.

10.1 Saldos patrimoniais - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	Dividendos a receber	Empréstimo a receber	Dividendos a receber	Empréstimo a receber
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga (a)	1.558	-	16.055	-
Attend Ambiental S.A. – Attend (b)	-	13.083	-	13.083
Estre Ambiental S.A - Estre (c)	-	-	-	7.286
Total	1.558	13.083	16.055	20.369

- (a) Refere-se a direitos sobre os dividendos oriundos da participação direta de 3,65% e indireta através da controlada Latte Coleta de 34% no capital social da Loga. A movimentação do saldo de dividendos a receber no exercício está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	-	-
(+) Dividendos a distribuir	2.016	20.784
(-) Dividendos distribuídos	(459)	(4.729)
Saldo final	1.558	16.055

- (b) Em 13 de abril de 2014, a investida Attend firmou contrato de mútuo com a Estre, parte relacionada, onde esta última concedeu uma linha de crédito de R\$ 9.106 a Attend com atualização equivalente a 100% do CDI e juros de 0,60% ao mês para suporte financeiro. Deste montante foram utilizados R\$ 6.600 até 25 de julho de 2016, quando o contrato foi aditivado para alteração da remuneração que passou a ser baseada na variação acumulada da taxa Selic acrescida de juros calculados à taxa de 3,55% ao ano.

Em 21 de dezembro de 2017, a Estre, a Attend e a Companhia iniciou tratativas para celebração de acordo de Cessão de Créditos e Outras Avenças, que menciona a cessão e transferência dos créditos da Estre Ambiental S.A. para a Companhia. O primeiro aditivo desse contrato ocorrido em 28 de dezembro de 2018 esclarece que a cessão dos créditos será considerada eficaz, perfeita e acabada na data da efetiva conclusão da transferência da participação acionária detida pela Estre na Attend, que foi realizada pelo valor simbólico de 1, gerando um efeito credor no patrimônio líquido de R\$ 13.083. Assim a Companhia passa a deter o direito de receber o valor de R\$ 13.083 de sua investida Attend calculado até a data base dessa demonstração.

- (c) Ao longo do ano de 2018, a controlada Latte Coleta celebrou 4 (quatro) contratos de empréstimo junto a Estre Ambiental S.A., sem remuneração, totalizando um montante de R\$ 7.581 conforme demonstrado a seguir. Desse montante foram liquidados R\$ 358 em 30 de novembro de 2018.

	2018
Saldo em 1º de janeiro	-
Captação em 12/07	1.870
Captação em 03/08	1.190
Captação em 03/09	1.020
Captação em 31/10	3.501
	<u>7.581</u>
IOF	63
Amortização	(358)
Saldo em 31 de dezembro	<u>7.286</u>
Circulante	-
Não Circulante	7.286

O vencimento original da dívida previsto em contrato para 12 de março de 2019 não fora cumprido pela devedora, com isso as partes celebraram acordo judicial que culminou na dação em pagamento de direitos creditórios da Cavo Serviços e Saneamento S.A., subsidiária integral da devedora, junto a Prefeitura de Curitiba. A Prefeitura por sua vez não efetuou nenhum pagamento até então pois depende da conclusão de processo administrativo interno que analisa o montante dos valores devidos a Cavo Serviços e Saneamento S.A., que permanece em discussão entre as partes. Ainda conforme o referido acordo, caso a dívida não fosse quitada mediante tais créditos até 3 de dezembro de 2020, as devedoras originais permaneceriam responsáveis pela quitação do débito acrescido de correção monetária e juros. Em 31 de julho de 2020, as referidas coligadas e devedoras da Companhia entraram com pedido de recuperação judicial que fora deferido em 7 de agosto de 2020, tendo incluído o débito acima mencionado na lista de credores.

Os consultores legais da Companhia entendem que, apesar do processo administrativo que estabelecerá o montante do crédito a que teria direito a Cavo Serviços e Saneamento S.A. não ter sido concluído, a cessão de direitos prevista no Acordo firmado entre a Companhia e as devedoras é um ato jurídico perfeito e acabado e deve ser considerado como dação em pagamento da dívida em questão. Sendo assim, entendeu não ser necessária análise de crédito e não constituiu qualquer provisão para redução ao valor de recuperação desse ativo para 31 de dezembro de 2018.

10.2 Saldos patrimoniais – Passivo

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos a pagar	Outras contas a pagar
Latte Coleta Holding S.A. (a)	4.351	-	-	-
Cavo Serviços e Saneamento S.A. (b)	-	-	-	41
Estre Ambiental S.A. (c)	-	1	-	1
Total	<u>4.351</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>42</u>

- (a) Em 13 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um contrato de mútuo com sua controlada Latte Coleta Holding S.A. no valor de R\$ 4.270 com prazo para pagamento de 36 meses e sem incidência de juros.

	2018
Saldo em 1º de janeiro	-
Captação	4.270
IOF	81
	<u>4.351</u>
Saldo em 31 de dezembro	4.351
Circulante	-
Não Circulante	4.351

- (b) Saldo de R\$ 41 referente pagamentos de débitos de IOF da Companhia efetuados pela Cavo Serviços e Saneamento S.A..
- (c) Contas a pagar referente a contrato de compra e venda de ações celebrado em 21 de dezembro de 2017 e finalizado em 28 de dezembro de 2018 pela aquisição de 55% de participação na investida Attend Ambiental S.A. pelo montante de R\$ 1.

10.3 Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração corresponde basicamente a pró-labore pago ao conselheiro administrativo e diretor da Companhia no montante de R\$ 245, registrado na rubrica "Despesas com dirigentes" no resultado do exercício.

11 Investimentos

Refere-se a investimentos em Companhias controladas e coligadas reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, conforme a seguir relacionado:

Latte Coleta Holding S.A. - "Latte Coleta"

Controlada integral da Companhia, a Latte Coleta é uma *holding* que detêm participação de 34% na coligada Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA.

A Latte Coleta foi adquirida pela Companhia mediante tratativas para acordo de Compra de Ações e Outros Acordos iniciadas em 21 de dezembro de 2017 com a Cavo Serviços e Saneamento S.A. onde 79.656.305 ações sem valor nominal representativas de 100% do capital social da Latte Coleta foram adquiridas pela quantia de R\$ 1.

Em 12 de dezembro de 2018 ocorreu o fechamento desse o acordo.

O investimento adquirido pode ser assim representado:

Patrimônio líquido da adquirida em 30 de novembro de 2018	36.852
Percentual de participação no capital social adquirido	100%
Participação adquirida	36.852
Contraprestação da participação adquirida	<u>1</u>
Efeito líquido no patrimônio líquido	36.851

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - "LOGA"

Em 21 de dezembro de 2017 a Companhia iniciou tratativas para um Acordo de Compra de Ações e Outros Acordos para adquirir 2.215.500 ações sem valor nominal da LOGA detidas pela Estre Ambiental S.A. que representam 3,65% do capital social da LOGA, pela quantia de R\$ 97,00 (noventa e sete reais).

Em 12 de dezembro de 2018 ocorreu o fechamento desse o acordo.

O investimento adquirido pode ser assim a representado:

Patrimônio líquido da investida em 30 de novembro de 2018	74.539
Percentual de participação no capital social adquirido	3,65%
Participação adquirida	2.723
Contraprestação da participação adquirida	<u>1</u>
Efeito líquido no patrimônio líquido	2.722

A Latte Coleta detém 20.620.951 ações representado 34% do capital social da LOGA, assim a Companhia passa a deter o total de 37,65% do capital desta investida, sendo 34% diretamente e 3,65% indiretamente.

Terrestre Ambiental Ltda. - "Terrestre"

Em 21 de dezembro de 2017 a Companhia iniciou tratativas para um acordo de compra de quotas e outros acordos para adquirir 6.400 quotas com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma da Terrestre detidas pela Estre Ambiental S.A. que representam 40% do capital social da Terrestre, pelo valor de R\$ 1.

Em 24 de agosto de 2018 ocorreu o fechamento desse o acordo.

O investimento adquirido pode ser assim representado:

Patrimônio líquido em 31 de julho de 2018	20.747
Percentual de participação no capital social adquirido	40%
Participação adquirida	8.299
Contraprestação da participação adquirida	<u>1</u>
Efeito líquido no patrimônio líquido	8.298

Attend Ambiental S.A. - "Attend"

Em 21 de dezembro de 2017 Companhia iniciou tratativas para um Acordo de Compra de Quotas e Outros Acordos para adquirir 7.370.000 ações sem valor nominal da Attend detidas pela Estre Ambiental S.A. que representam 55% do capital social da Attend, pelo valor de R\$ 1.

Em 28 de dezembro de 2018 ocorreu o fechamento desse o acordo.

O investimento adquirido pode ser assim representado:

Patrimônio líquido em 28 de dezembro de 2018	990
Percentual de participação no capital social adquirido	55%
Participação adquirida	544
Contraprestação da participação adquirida	<u>1</u>
Efeito líquido no patrimônio líquido	543

O quadro a seguir apresenta o resumo das demonstrações financeiras das investidas em 31 de dezembro de 2018, bem como a movimentação do saldo de investimentos naquele exercício:

Resumo dos números das investidas em 31 de dezembro de 2018:

	Total do ativo	Total da receita do período sob controle	Resultado do período sob controle da Latte	Percentual de participação	Resultado de equivalência patrimonial
Terrestre Ambiental Ltda.	37.025	19.989	890	40%	356
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	245.908	50.057	4.512	3,65%	624
Attend Ambiental S.A.	73.475	2.985	-	55%	-
Latte Coleta Holding S.A.	<u>38.531</u>	<u>1.534</u>	<u>1.534</u>	<u>100%</u>	<u>1.534</u>
	<u>394.939</u>	<u>74.565</u>	<u>6.936</u>	<u>-</u>	<u>2.514</u>

A movimentação do investimento na controladora no exercício de 2018 está assim demonstrada:

	Saldo inicial	Aquisições	Equivalência patrimonial	(*)Dividendos	Saldo final
Terrestre Ambiental Ltda.	-	8.299	356	-	8.655
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	-	2.723	624	(2.017)	1.330
Attend Ambiental S.A.	-	544	-	-	544
Latte Coleta Holding S.A.	-	36.852	1.534	-	38.386
		48.418	2.514	(2.017)	48.916

(*) Referente dividendos distribuídos no valor de R\$ 459 e dividendos a distribuir no valor de R\$ 1.558.

A movimentação do investimento no consolidado no exercício de 2018 está assim demonstrada:

	Saldo inicial	Aquisições	Equivalência patrimonial	Contas a receber - partes relacionadas(**)	Dividendos (*)	Saldo final
Terrestre Ambiental Ltda.	-	8.299	356	-	-	8.655
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	-	39.575	2.158	(7.238)	(20.784)	13.711
Attend Ambiental S.A.	-	544	-	-	-	544
	-	48.418	2.514	(7.238)	(20.784)	22.910

(*) Referente dividendos distribuídos no valor de R\$ 4.729 e dividendos a distribuir no valor de R\$ 16.055.

(**) Refere-se basicamente a remessas indevidas de recursos a título de dividendos a Estre Ambiental durante o exercício de 2018, convertidas em direitos a receber. Ver detalhes na Nota explicativa 10.1.

12 Obrigações tributárias

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
IOF a recolher	-	103
Impostos federais retidos na fonte	80	80
Impostos municipais	1	1
	81	184
Circulante	81	184
Não circulante	-	-

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é composto de 500 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Número de ações	%
Wilson Quintella Filho	205	41%
Angra Infra Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações	42	8%
BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações	160	32%
Gisele Mara de Moraes	44	9%
Wilson de Lara	27	5%
Fundo de Investimento em Participações Turquesa	22	4%
	500	100%

Reserva legal

Foi constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício de 2018 nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante constituído em 2018 foi o limite legal de R\$ 100,00 (cem reais).

Reserva de lucros

Além do resultado do exercício de 2018 a reserva de lucros está composta pelos créditos oriundos das transações de venda/transferência de participação societária e cessão de direitos mantidos com partes relacionadas oriundo dos acordos com Estre Ambiental S.A. e Cavo Serviços e Saneamento S.A. conforme descrito nas notas explicativas 1.1, 10 e 11.

A composição do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018 está assim demonstrada:

Natureza da transação	Entidade	Valor da transação
Cessão de créditos da Attend Ambiental S.A. (a)	Estre Ambiental S.A.	13.084
Venda/transferência de participação societária da Attend Ambiental S.A. (b)	Estre Ambiental S.A.	543
Venda/transferência de participação societária da Terrestre Ambiental Ltda. (c)	Estre Ambiental S.A.	8.298
Logística Ambiental de São Paulo S.A. (d)	Estre Ambiental S.A.	2.723
	Estre Ambiental S.A. e Cavo	
Latte Coleta Holding S.A. (e)	Serviços e Saneamento S.A.	36.851
		61.499

- (a) Refere-se ao resultado da Cessão de Créditos celebrado em 28 de dezembro de 2018 da Estre Ambiental S.A. para Companhia oriundos do contrato de mútuo celebrado entre a Estre Ambiental S.A. e Attend Ambiental S.A. em 8 de abril de 2014.
- (b) Refere-se ao resultado do Acordo de Compra de Quotas e Outros Acordos, firmado de forma definitiva em dezembro de 2018, para adquirir 7.370.000 ações sem valor nominal da Attend Ambiental S.A. detidas pela Estre Ambiental S.A. que representam 55% do capital social da Attend Ambiental S.A..
- (c) Refere-se ao resultado do Acordo de Compra de Quotas e Outros Acordos, firmado de forma definitiva em agosto de 2018 para adquirir 6.400 quotas de valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma detidas pela Estre Ambiental S.A. que representam 40% do capital social da Terrestre Ambiental Ltda.;
- (d) Refere-se ao resultado do Acordo de Compra de Quotas e Outros Acordos, firmado de forma definitiva em dezembro de 2018 para adquirir 2.215.500 ações sem valor nominal da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA detidas pela Estre Ambiental S.A. que representam 3,65% do capital social da Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA.
- (e) Refere-se ao resultado do Acordo de Compra de Quotas e Outros Acordos, firmado de forma definitiva em dezembro de 2018 para adquirir 79.656.305 ações sem valor nominal detidas pela Cavo Serviços e Saneamento S.A. representativas de 100% do capital social da Latte Coleta Holding S.A..

14 Despesas gerais e administrativas

	Controladora e consolidado
	2018
Despesas com dirigentes	(294)
Serviços de terceiros	(396)
Despesas gerais	(46)
Impostos e taxas	(80)
	(817)

15 Instrumentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentava a seguinte exposição e política de gerenciamento de riscos financeiros.

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Esse risco é basicamente proveniente dos depósitos bancários e empréstimos a partes relacionadas.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

As políticas de crédito fixadas por sua Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes e insolvência de instituições financeiras. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa de suas contrapartes (apenas partes relacionadas) e das instituições financeiras com quem mantém operações (apenas bancos de elevado rating).

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4.098	4.098
Empréstimos com partes relacionadas	13.083	20.369
Outras contas a receber	50	50
	17.231	24.517

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos e serviços, impactos de variações monetárias e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo possui contratos de empréstimos e financiamentos de mútuo com taxas fixas ou sem encargos financeiros, não havendo exposição a variação nas taxas de juros. Não há transações com moedas estrangeiras e nem operações comerciais com exposição a variações de preços.

15.1 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Ativo pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2018			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.098	-	4.098
Empréstimos partes relacionadas	20.369	-	20.369
Outras contas a receber	50	-	50
Total	24.467	-	24.467
Passivos			
Fornecedores	-	25	25
Outras contas a pagar	-	42	42
Total	-	67	67

Não foram observadas diferenças entre os valores contábil e valores justos para os ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

16 Eventos subsequentes

16.1 Aumento de capital via capitalização de créditos

Em 1º de março de 2019, a Companhia decidiu pela capitalização dos créditos detidos junto a investida Attend Ambiental S.A. no valor de R\$ 13.352, mantendo a proporção da participação no capital social da investida.

	Linha de crédito	Valor utilizado	Encargos acumulados	31/12/2018
Attend Ambiental S.A.	9.106	6.600	6.483	13.083
Total	9.106	6.600	6.483	13.083

16.2 Impactos da Covid-19

De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo coronavírus (“COVID-19”). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

A partir do referido Decreto, paralisações de eventuais atividades não essenciais, decorrentes das medidas de distanciamento social, foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, estabeleceu as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, e definiu as regras para o teletrabalho, concessão e antecipação de férias coletivas e individuais, aproveitamento à antecipação de feriados, constituição de regime de compensação por meio de banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança do trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Estas medidas impactaram diversos segmentos da economia nacional, mas como os serviços prestados pela Companhia são considerados como essenciais e estão enquadrados no decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, os impactos não são relevantes no negócio como um todo da Companhia. Durante esse período de isolamento social decretado pelas esferas governamentais, devido estar enquadrada no referido decreto, as operações da Companhia não foram interrompidas.

Os impactos nas receitas das coligadas e controlada que refletem na receita de equivalência patrimonial da Companhia foram mínimos tendo em vista a essencialidade dos serviços prestados por elas. A receita gerada na Loga é fixa e pre-contratada não sofrendo qualquer impacto; a receita gerada na Terrestre é oriunda da utilização de aterro sanitário que não teve suas operações afetadas pela continua geração de lixo durante a pandemia; e quanto a geração de receita na Attend observou-se de um leve impacto de 2% na receita gerada em algumas linhas de tratamento no exercício de 2019, compensado quase que na sua totalidade pelas novas linhas que entrarem em funcionamento em 2020.

A Administração continua monitorando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

16.3 Desalienação de ações da Companhia

Em 10 de outubro de 2019, a controlada em conjunto Attend Ambiental S.A. quitou antecipadamente o empréstimo de US\$ 14.200 mil com a CIFI, com recursos obtidos através de sua 1ª emissão de debêntures simples no valor de R\$ 55.000 custodiadas eletronicamente pela B3 através do Agente Fiduciário Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., firmado em 23 de setembro de 2019. Todos os encargos foram apropriados no resultado da investida naquela mesma data. Com isso as ações da Companhia que estavam garantindo a operação foram desalienadas.

16.4 Distribuição de dividendos

Em 2019, a Companhia distribuiu à título de dividendos o montante de R\$ 23.000. Esse montante é oriundo, em parte, da parcela de lucros não distribuídos contida no resultado obtido com os contratos de compra e venda de ações celebrados entre a Companhia, a Estre ambiental e as investidas Terrestre, Loga e Cavo, acrescido do lucro do exercício de 2018 e parte do lucro do exercício de 2019.

Em 2020, a Companhia distribuiu a título de dividendos o montante de R\$ 17.900. Desse montante foi efetivamente pago o valor de R\$ 12.201, restando a liquidar o montante de R\$ 5.699. Esse montante é oriundo do saldo das reservas de lucros de 2019 acrescido de parte do lucro do exercício de 2020.

16.5 Quitação de empréstimos de mútuo

Em 17 de junho de 2020 a Companhia decidiu pela quitação do empréstimo de mútuo mantido junto a sua controlada Latte Coleta na forma de distribuição de lucros no valor de R\$ 4.187.

16.6 Cisão parcial controlada Latte Coleta

Em 1º de julho de 2020 foi constituída a sociedade denominada Latte Participações Ltda., cuja participação da Companhia é de 100%.

Em 30 de junho de 2020 a controlada da Companhia, Latte Coleta Holding S.A., sofreu uma cisão parcial onde, dentre os bens e obrigações que constituíram o acervo líquido, foi incorporado o investimento na Logística Ambiental de São Paulo S.A. – Loga na empresa citada no parágrafo anterior.

16.7 Direitos a receber Estre Ambiental S.A.

De acordo com a cláusula 2.1 do Closing Memorandum, a Estre Ambiental S.A. deveria até o dia 12 de março de 2019 efetuar a quitação do saldo devedor junto a Companhia no montante atualizado de R\$ 7.530 mil (ver nota 10 (c)). Como o referido saldo não fora quitado, em julho de 2019, a Companhia ingressou com processo judicial contra a Estre Ambiental que culminou num acordo que previa o recebimento desses valores por meio de parte dos créditos detidos pela controlada Cavo Saneamento S.A. junto a Prefeitura de Curitiba oriundo de contrato de prestação de serviços. De acordo com assessoria jurídica da Companhia, os trâmites internos na Prefeitura de Curitiba para transferência da titularidade desses direitos do Grupo Estre para a Latte Saneamento encontravam-se em fase avançada de conclusão, quando em julho de 2020, a Estre Ambiental entra em recuperação judicial e inclui a referida dívida na lista de credores quirografários. Ver mais detalhes na Nota explicativa 10.1.

* * *